

Lutas estudantis e ditadura militar: as invasões da UnB e 1968

MARIA RIBEIRO DO VALLE*

Introdução

Os movimentos de protesto da década de 1960 irrompem como um acontecimento explosivo. O norte é a revolução. As teses e as práticas revolucionárias se conjugam. A morte do Che em 1967, apesar dos reveses da guerrilha latino-americana, faz ressurgir, com intensidade, o interesse por suas análises sobre as estratégias da revolução na América Latina. Diante da ascensão da ditadura, o foco guerrilheiro – a luta armada – se apresenta como alternativa à via pacífica e à legalidade constitucional propagadas pelos partidos comunistas. A Guerra do Vietnã inspira a possibilidade da mudança na correlação de forças a partir da participação do povo no embate com a maior potência mundial, numa *guerra justa* contra o imperialismo norte-americano, cuja intervenção, no Sudeste Asiático, atinge seu ponto máximo em 1968.

Por outro lado, a Revolução Cultural, iniciada na segunda metade dos anos 1960, embora já perdesse o fôlego em 1968, continua sendo acalentada pelos estudantes na China. As propostas de Mao, que parecem retomar as teses marxistas originais, são consideradas seu motor. Em um contexto de lutas anti-imperialistas e populares, bem como de crise dos partidos políticos ocidentais, a prática revolucionária defendida por Mao – conhecida por linha de massas – faz parte dos debates e ações da esquerda estudantil favorável à ampla participação das massas na luta militar.

* Professora da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp (câmpus Araraquara). E-mail: mrvalle@fclar.unesp.br.

A opção das organizações estudantis pela violência revolucionária está vinculada à retomada das grandes teorias anticapitalistas do século XIX, principalmente a marxista. A leitura predominante sobre essa perspectiva naquele momento considera que a destruição do sistema capitalista, violento e injusto, só pode ocorrer com a utilização da violência. A revolta da juventude irrompe carregando a bandeira da *ruptura*. As formas de luta adotadas pelo movimento estudantil, no entanto, articulam-se com as experiências e proposições revolucionárias internacionais, em especial o *guevarismo* e o *maoismo*.

Enquanto a linha dura emprega todas as suas armas para a retomada e a redefinição do golpe de 1964, conseguindo vitórias frente à oscilação dos militares entre a abertura e o endurecimento do regime, o movimento estudantil no país também atua, cada vez mais, em direção à violência revolucionária para a transformação radical da sociedade. Em 1968, a luta dos estudantes e a repressão militar atingem diretamente a estrutura das universidades.

Neste artigo, analisaremos um dos principais acontecimentos atrelados à luta estudantil: a invasão da Universidade de Brasília (UnB). Nossa hipótese é a de que nesse episódio fica explicitada a concretização do fechamento do regime, que vinha à tona com a ameaça de um novo ato institucional, desde as manifestações estudantis de janeiro de 1968. Em dezembro, o AI-5 é finalmente decretado. Mas as lutas estudantis se fazem presentes desde o início da ditadura, de modo que precederam à intensificação da ação política dos estudantes evidenciada no celebrado ano de 1968.

O golpe militar de 1964, os primeiros anos do regime militar (1964-1968) e as invasões da UnB

O golpe militar de 1964 conta com o apoio quase unânime das camadas dominantes e de setores da classe média que visam à contenção das pressões então exercidas pelos trabalhadores (Arns, 1985, p.57-58). Acreditam que a militarização provisória do aparelho de Estado, expressa no Ato Institucional de abril de 1964, é fundamental para a destruição do populismo e, conseqüentemente, para a interrupção da ascensão política das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a chamada “Operação Limpeza”, por meio de medidas como a intervenção policial nos sindicatos e a repressão aos partidos de esquerda, corresponde às expectativas das classes que dão suporte ao golpe.

No mesmo dia do golpe, os primeiros atos da ditadura militar no Brasil já explicitam os seus principais alvos: os sindicatos, as organizações dos trabalhadores rurais e as instituições universitárias que, supostamente, tinham se tornado o *locus* privilegiado da ameaça comunista e das propostas revolucionárias, recrutando quadros para a esquerda. As universidades passam a ser vistas como a expressão viva do perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo: a *comunização* da esquerda em curso no país.

A militarização vai, pouco a pouco, perdendo seu caráter provisório, constituindo-se em via para a centralização do Estado, aprofundando sua dimensão intervencionista e industrializante no interesse do grande capital monopolista. A concepção política dos militares explicitar-se-á no Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, que centraliza os poderes nas mãos do Executivo, com rigorosas medidas de controle do Congresso e da restrição das atribuições do Judiciário. Instaura-se, a partir de então, o bipartidarismo, com Arena e MDB, extinguindo-se todos os partidos até então existentes.

Tais medidas acarretarão mudanças na postura da classe média que, de início, apoia a intervenção militar. Temendo a agitação popular e a suposta ameaça do comunismo, alguns setores dessa classe pretendem a retomada de um regime liberal-democrático, isento das características de massa da democracia populista. No entanto, com a consolidação da ditadura, a situação política da classe média passa a tender progressivamente para a sua exclusão.

Os estudantes, na sua maioria pertencentes à classe média, encontram-se divididos no momento do golpe, havendo uma nítida separação entre a tendência política da massa estudantil – que defende posições liberais-elitistas – e a da vanguarda, com posições à esquerda, formando um bloco anti-imperialista e popular (Velasco e Cruz, 1994).

No mesmo dia do golpe, quando o prédio da UNE é depredado e incendiado, o meio estudantil passa a ser alvo das ações do aparato militar e dos organismos direitistas. Quase todas as entidades estudantis sofrem intervenção; a UnB é vítima de sua primeira invasão, no dia 9 de abril, acompanhada da prisão indiscriminada tanto de professores quanto de alunos considerados subversivos. Inquéritos Policiais Militares (IPMs), criados pelo Ato Institucional de abril de 1964, são instaurados com o objetivo de controlar o meio estudantil e a universidade.

Devido à repressão militar, surgirá, então, embora ainda desarticulada, a oposição estudantil ao caráter violento do regime. O governo, por sua vez, seguirá com o objetivo de extirpar essa área potencial de subversão, por meio de medidas duradouras que impeçam as atividades políticas no ambiente universitário. É nesse sentido que deve ser entendida a extinção da UNE e das UEEs e sua substituição por organizações diretamente subordinadas ao Estado – com caráter de colaboração e assessoramento ao mesmo –, determinadas pela conhecida Lei Suplicy de Lacerda, em novembro de 1964. Diante da perda da autonomia de suas entidades decorrente de sua vinculação ao Estado, até mesmo os estudantes de tendência liberal antipopular – que se autodenominam democratas – passarão à oposição ao governo repressivo.

Em 1965, há a primeira manifestação pública de repúdio ao regime, que se configura como uma condenação liberal às políticas do governo militar, organizada pelos estudantes denominados direitistas, que rejeitam as posições radicais da UNE. Em contrapartida, a orientação liberal na universidade é rechaçada pelas correntes de esquerda. O movimento estudantil, embora ainda bastante desarti-

culado, começa a conviver também com uma retomada gradual da influência da esquerda. Em julho, a UNE realizará o 27º Congresso, o último dentro da legalidade (Santos, 1980, p.33), partindo então para uma intensa atividade clandestina. Diante disso, ela se torna território exclusivo das correntes de esquerda, fazendo ir por terra o período de predomínio das perspectivas do liberalismo antipopular no movimento estudantil.

O ano de 1966 continuará sendo palco do avanço da repressão geral, pois já em fevereiro desse ano é editado novo ato institucional, o AI-3. O movimento estudantil é diretamente atingido pelo Decreto Aragão, segundo o qual a UNE fica proibida também de funcionar enquanto associação civil. Essa medida se torna extensiva a todas as entidades estudantis e ao conjunto de suas atividades.

No mesmo ano, também se assistirá à emergência das manifestações de rua que, iniciadas em março, estender-se-ão até o mês de setembro. A atitude repressiva do governo diante delas é justificada pelo diagnóstico do presidente Castelo Branco, que vê nesses protestos inspiração comunista e alcance subversivo: uma ameaça à segurança interna na ótica da Doutrina de Segurança Nacional.

O 28º Congresso da UNE, apesar de todo o aparato repressivo montado para impedi-lo, consegue levar a cabo suas atividades (Santos, 1980, p.39). No entanto, o Congresso da UEE paulista, iniciado alguns dias depois, é invadido pela Polícia Militar. Tal episódio tem repercussão nacional a partir de protestos estudantis – conhecidos como a Setembrada – contra sua dissolução e também em função da prisão de seus integrantes, desembocando no Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. A polícia estará presente em todas as passeatas, destacando-se no Rio de Janeiro, pela brutal violência utilizada no episódio que, sintomaticamente, receberia o nome de Massacre da Praia Vermelha. As manifestações públicas estudantis perdem fôlego, mas a esquerda universitária passa em definitivo ao comando de suas reivindicações.

O final do governo Castelo Branco será marcado por significativa disputa nos quartéis em torno de sua sucessão. O fechamento do Congresso, em outubro de 1966, e o novo ato institucional, o AI-4, abrem caminho para que seja aprovada a nova Carta que visa institucionalizar o golpe de 1964. Essas medidas reiteram a continuidade da militarização, centralizando o poder nas mãos do Executivo, mas preservando, contudo, alguns princípios democrático-liberais.

Em março de 1967, assume a presidência da República o general Costa e Silva, que envolto nesse clima faz, paradoxalmente, promessas de redemocratização: desde uma liberalização do sistema político-partidário até um *diálogo* com trabalhadores e estudantes. A crise da universidade brasileira volta à cena das discussões políticas, inflamada pelos protestos dos estudantes excedentes que, embora sendo aprovados em vestibular, não conseguem vagas no ensino superior. Tal situação decorre da política educacional do pós-64, pautada na redução de verbas e no abandono de investimentos públicos na universidade, justificada pela estratégia de contenção de gastos em setores não diretamente produtivos.

O movimento estudantil, em solidariedade com os excedentes, promoverá greves e manifestações reivindicando mais vagas nas universidades. À crise da universidade, sob o viés da oposição estudantil às medidas governamentais para a educação, soma-se o repúdio à política repressiva do regime, desgastando ainda mais as relações entre os estudantes e o governo Costa e Silva.

A retomada em 1967 dos protestos estudantis contra a Política Educacional do Governo (PEG), cujas diretrizes estão sendo delineadas desde o golpe, mas que apenas se definirão às claras em 1968, enfocará alguns pontos centrais que tentaremos elucidar a seguir. Buscando subsídios para a reforma universitária, logo após o golpe o governo estabelece acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (os acordos MEC-Usaid) que, elaborados sob sigilo, contariam com a assessoria de técnicos dos EUA para a formulação de uma nova política educacional.

Além desses acordos, merecerá severa crítica pelo movimento estudantil o Relatório Atcon, elaborado no mesmo período pelo norte-americano Rudolph Atcon propondo, segundo os estudantes, uma modernização autoritária da universidade, sem atender aos anseios de participação dos estudantes nesse processo. O movimento estudantil parte, assim, para o repúdio à infiltração imperialista na educação brasileira, que estaria pondo em risco o ensino público e gratuito em função da transformação das universidades em empresas, adaptando-as à nova fase do desenvolvimento capitalista, sem que seja resolvida a questão dos excedentes. As bandeiras dos EUA passam a ser queimadas nas manifestações de 1967, expressando a oposição radical dos estudantes às intervenções do governo norte-americano no Brasil.

Embora Costa e Silva inicie seu governo apontando para o diálogo com os estudantes, desde as primeiras manifestações de rua de 1967 ele opta pela retomada de medidas repressivas e pela proibição do 29º Congresso da UNE, que acaba sendo realizado na clandestinidade. Em setembro de 1967, a revista *Revisão*, do grêmio da filosofia da USP, traz um artigo dos estudantes sobre o caráter ditatorial do governo Costa e Silva. Nele, os estudantes afirmam a necessidade da união da esquerda revolucionária num combate intransigente à classe dominante, à sua força hegemônica, ao imperialismo e ao seu representante no poder (O governo..., 1967, p.9).

Os bastidores da política e o movimento estudantil no início do segundo semestre de 1968

O ano de 1968 inicia-se marcado por um grande descompasso entre o governo do marechal Costa e Silva e setores da sociedade civil. Tendo em suas mãos o comando das decisões políticas, as Forças Armadas anunciam a sua disposição em permanecer ainda por muito tempo no exercício da função de ordenar a vida nacional, antes que o poder seja devolvido aos civis. Costa e Silva se encontra condicionado à pressão das Forças Armadas que, por meio da política de Se-

gurança Nacional, fiscalizam e limitam a ação do governo em todos os setores administrativos.

O setor estudantil, um dos mais tensos nas relações civis com o governo, passa a ser relegado ao âmbito da segurança e seus problemas tratados como questão militar. Tanto que, no dia 2 de janeiro, Costa e Silva baixa um decreto que cria uma comissão especial para formulação de uma nova política governamental para as universidades, que será chefiada pelo coronel Meira Matos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança. O Ministério da Educação estará, a partir de então, subordinado a esse órgão, fato que explicita a disposição do governo para a militarização do problema estudantil. O clima é, portanto, de incertezas e de crise política. O afastamento de Costa e Silva dos debates políticos gera rumores em torno da possibilidade de mais um ato institucional e até mesmo da preparação para um novo golpe. A virtualidade dessas medidas, segundo o governo, se deve às manifestações públicas de Carlos Lacerda, bem como à atuação da Frente Ampla,¹ por estarem promovendo atividades subversivas e supostamente influenciando os protestos dos estudantes que, por sua vez, a consideram uma aliança das cúpulas burguesas.

Em agosto de 1968, a comissão encarregada de apurar as responsabilidades pela morte de Edson Luís de Lima Souto, no dia 28 de março no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, chega à conclusão de que é a Polícia Militar a autora dos disparos que o vitimaram. Nesse mesmo mês morre o estudante Manoel Rodrigues Ferreira, baleado na “Sexta-feira Sangrenta”, dia 21 de junho, pela PM, também no Rio de Janeiro. No dia 29, um estudante é atingido com um tiro na cabeça pela polícia que invade a Universidade de Brasília, tornando-se *um testemunho mudo* da repressão à juventude brasileira.

Os episódios estudantis do primeiro semestre repercutem diretamente na dinâmica dos acontecimentos políticos a partir do início de agosto. No Rio de Janeiro, a “Sexta-feira Sangrenta” assiste a verdadeiras *cejas de guerra*, onde fica difícil identificar agressores e agredidos. Em contraponto, na “Passeata dos Cem Mil” há a necessidade de controle da violência tanto por parte dos estudantes, ao pedir que toda provocação da polícia seja evitada, quanto pela própria PM, ao ausentar-se da manifestação. A partir de então, o movimento estudantil voltará às escolas para acumular forças, contrariando aqueles que defendem a continuidade do confronto com a repressão nas ruas. Tanto que, em julho, várias faculdades são ocupadas pelos estudantes. É exemplar o caso da Faculdade de Filosofia da USP que, tendo funcionado como *quartel-general* da movimentação estudantil durante todo o período de férias, se recusa a reiniciar as aulas em agosto por considerar a *universidade arcaica*, incompatível com a realidade brasileira. Há um refluxo nas mani-

1 Sobre a formação da Frente Ampla decorrente do rompimento de Carlos Lacerda com o regime militar, ver Coelho (1990).

festações de rua e a volta às lutas reivindicatórias, centradas principalmente na preparação do 30º Congresso da UNE.

A proporção atingida pela violência nos episódios estudantis e o atentado ao II QG do Exército no mês de junho levam o Conselho de Segurança Nacional a se reunir em meados do mês seguinte. O relatório sobre as atividades do *movimento subversivo no Brasil*, apresentado pelo general Jayme Portella, define a postura a ser adotada pelo governo diante de qualquer agitação: intervenção das Forças Armadas. Castello Branco comenta a contundente disposição do governo para reprimir as manifestações de rua a partir de então:

[...] o que ficou decidido na reunião do Conselho de Segurança Nacional é para valer. Quem quiser que experimente. As manifestações de rua que acaso venham a ser tentadas devem partir, portanto, do pressuposto de que irão chocar com a resistência ativa dos dispositivos de segurança policiais e até militares. Os líderes estudantis que se reagrupam com suas bases no reinício das aulas saberão que não haverá mais passeatas pacíficas, pois as passeatas estão proibidas e a ordem é descer o pau. (Castello Branco, 1977, p.427)

A prisão, logo no início do mês, do líder político Vladimir Palmeira, que vinha sendo procurado desde o final de junho, leva os estudantes novamente às ruas no Rio de Janeiro. O término dessa passeata coincide com a chegada da polícia, que espanca populares, estudantes e jornalistas. O governo reage conforme as determinações do CSN em julho: Costa e Silva autoriza os comandantes do I, II, III e IV Exércitos a reprimirem qualquer manifestação popular, passando o controle de todo o esquema de repressão para as mãos do general Syzeno Sarmiento, comandante do I Exército. A Guanabara assiste, assim, à maior mobilização das Forças Armadas desde o golpe de 1964. Diante da possibilidade de nova passeata estudantil, as tropas militares passam a ocupar a cidade, demarcando um novo período no qual a repressão se intensifica notoriamente. A intervenção militar da Guanabara, que no episódio da morte de Edson Luís indigna a população, promete agora fazer parte do cotidiano da cidade.

Os estudantes passam a divergir quanto à sua atuação diante de todo o aparato bélico montado. Enquanto os que defendem a linha das lutas específicas são contrários a qualquer manifestação, seja passeata, seja comício-relâmpago, os estudantes que abraçam a luta política discordam da ordem de desmobilização devido à presença da polícia. As manifestações estudantis continuam em cena também nas principais capitais, todas elas recebendo forte repressão policial e provocando a irritação de Costa e Silva. Segundo seus assessores militares, está de volta a possibilidade de decretação do estado de sítio caso a PM se torne impotente para conter as manifestações de rua. Ao mesmo tempo, as lideranças arenistas recebem orientação de Costa e Silva para impedir a aprovação do projeto de anistia para os envolvidos nas manifestações estudantis que se seguiram à morte de Edson Luís:

O marechal Costa e Silva explicou ontem aos integrantes da liderança por que considera intolerável a anistia de que se cogita. Não teria dúvida em concedê-la se houvesse algum indício de que as manifestações estudantis iriam cessar. Mas o quadro que vislumbra é bem outro: as agitações continuarão, disse, porque obedecem a esquema internacional de subversão. (Castello Branco, 1977, p.442)

O esforço do governo surte o efeito por ele almejado, pois o projeto de anistia é rejeitado em votação pela Câmara dos Deputados.²Embora não tendo sido ainda concretizada a decretação do estado de sítio, as Forças Armadas ocupam novamente a Guanabara em meados de agosto. Enquanto isso, os estudantes anunciam sua decisão de entrar em recesso para acumular forças e preparar o 30º Congresso da UNE, prometendo ainda retomar a luta de rua pela libertação de Vladimir Palmeira.

Nesse contexto, Costa e Silva recebe o relatório da reforma universitária, que é repudiado pela UNE. Luís Travassos, presidente da entidade, reitera a proposta do movimento estudantil de responder à violência com violência ao comentar o anteprojeto de reforma universitária do governo, que significa “a abertura para a ocupação das universidades por militares e pelos grupos estrangeiros” (UNE..., 1968, p.13). Se em tom profético ou não, o fato é que em menos de uma semana a UnB seria invadida por tropas federais.

A invasão da UnB em 1968

Tempo de guerra – Os incidentes da Universidade de Brasília tiveram amplas repercussões: um estudante foi ferido gravemente e alguns deputados sofreram agressões e violências quando foram em socorro dos estudantes. Logo depois, professores, alunos e funcionários da universidade divulgavam um manifesto falando “em operação militar lembrando um país em guerra”. (A culpa..., 1968, p.24)

Durante o ano de 1968, muita violência ocorreu nos *campi*, particularmente quando a invasão policial passou a ter mais frequência, sendo emblemática a invasão da UnB, no final de agosto de 1968, que, a nosso ver, tem um estreito vínculo com o chamado *golpe dentro do golpe*. Pode-se dizer que a invasão a essa universidade é um marco golpista? O episódio da UnB nos permite acompanhar a nova postura do governo, que já vinha se fazendo sentir com a ocupação militar da Guanabara e promessas de ser estendida aos demais estados. O câmpus dessa universidade é invadido no dia 29 de agosto, numa operação conjunta das forças da repressão: Polícia Militar, Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Polícia Federal, Serviço Nacional de Informação (SNI) e Polícia do Exército. Com o argumento de estarem em busca de estudantes que têm a prisão preventiva

² Carlos Castello Branco acompanha detalhadamente toda a tramitação do “projeto de anistia” durante o mês de agosto (Castello Branco, 1977, p.433-452).

decretada – entre eles o líder Honestino Guimarães, presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (Feub), que será assassinado pela polícia política em 1973 –, os invasores arrombam salas de aula, espancam alunos, professores, deputados que se dirigem ao local à procura de seus filhos, e tentam bater até em um major do Exército que estuda na universidade. Diante de tamanha violência, um estudante enlouquece e outro é atingido por um tiro disparado pela polícia, ficando entre a vida e a morte. A universidade é transformada em praça de guerra e as salas de aula em cidadelas inimigas.

No dia seguinte, o jornal *Correio da Manhã* veicula o alerta, proveniente de fontes governamentais, de que a ação política estudantil, inclusive a que teria levado à invasão da UnB, fazia parte de um plano cujo objetivo é a derrubada do regime e que conta com estímulos do exterior. A intenção da alusão pública a esse documento é, do ponto de vista do governo, manter a população de sobreaviso sobre futuros incidentes que venham a ser provocados pelos “subversivos”, envolvendo também estudantes do Rio de Janeiro e de São Paulo (Relatório..., 1968, p.3).

Notamos a tentativa da linha dura em criar fatos políticos buscando inverter a sua autoria. Tanto que, em nota oficial, a Polícia Federal justifica a invasão pelo fato de dirigentes da universidade, até mesmo o reitor Caio Benjamim Dias, cederem salas para reuniões de caráter marcadamente subversivo. Para confirmar sua suspeita, divulga a apreensão, na UnB, de grande quantidade de material subversivo (Relatório..., 1968, p.3; Governo..., 1968, última página). Os conflitos ocorrem, segundo essa fonte, devido ao fato de os agentes federais serem recebidos com pedras e outros objetos lançados pela turma de segurança dos estudantes e serem alvos de disparos de armas de fogo. Por outro lado, a infiltração de agentes do Dops incitando os estudantes à violência como pretexto para que a repressão policial fosse intensificada, segundo depoimento de vários professores presentes no câmpus, também confirma nossa hipótese.

Contudo, a opinião pública é informada da premeditação do episódio. Só que, dessa vez, pela denúncia de que a própria Polícia Federal, por meio de telefonemas no dia anterior ao conflito, buscou certificar-se da ausência do reitor da UnB, que estava no Rio, e do alerta feito ao hospital de Brasília, de que iria receber vários feridos (Governo..., 1968, última página).

De fato, parte da população se une aos estudantes, tanto na capital federal quanto nos demais Estados, em repúdio à violência da polícia. Os professores ameaçam pedir renúncia coletiva, fato que põe em risco o funcionamento da UnB. O Senado e a Câmara Federal condenam de forma unânime a invasão. Contribuem decisivamente para a atmosfera de indignação contra os acontecimentos de Brasília, tanto a premeditação do massacre – denunciada até mesmo por um senador da Arena e por autoridades parlamentares –, quanto a aberração do local: a ação da polícia ocorre em uma universidade, enquanto os alunos assistem a aulas.

Gama e Silva é acusado, tanto por órgãos da grande imprensa, quanto pelo Congresso Nacional e assessores da presidência, de ter concordado previamente

com o massacre. O ministro da Justiça desmente as acusações sofridas (Novo..., 1968, p.1) em nota oficial, afirmando que a imprensa³ busca prejudicar o poder público e causar intranquilidade no meio social. Ainda assim, deixa seu cargo à disposição do presidente da República, segundo fontes do Ministério da Justiça.⁴ Ao mesmo tempo que paira a dúvida se Costa e Silva desconhece ou não a ordem de invasão da universidade, o presidente condena a fúria policial por conseguir até mesmo “[...] no câmpus da Universidade de Brasília o que a oposição jamais conseguiu no Parlamento: levantar contra o governo a voz da própria liderança do governo”. Tanto que a agressão, extensiva aos parlamentares nesse episódio, é inerente ao plano da ação policial (Castello Branco, 1977, p.449).

Logo no início de setembro, o presidente da República incumbiu o general Garrastazu Médici, chefe do Serviço Nacional de Informações, de realizar uma rigorosa sindicância sobre a invasão da UnB. Médici recebe um relatório informando a existência de um plano para essa invasão (Relatório..., 1968, p.3). Tendo conhecimento ou não desse plano, é bastante contraditória a postura de Costa e Silva que, por um lado, rejeita o pedido de demissão do reitor da UnB, acusado pelo general Bretas Cupertino, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, órgão subordinado a Gama e Silva, de conivência com estudantes; por outro, além de manter o ministro da Justiça em seu cargo, impede que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) convoque Gama e Silva e os militares a depor.

A situação se agrava quando, em contrapartida, parlamentares são convocados a depor na polícia, gerando uma crise entre o Congresso e o poder Executivo, particularmente com o Ministério da Justiça. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em protesto, se retira da CPI da Universidade de Brasília, que acabará sendo arquivada devido à ausência da bancada da Arena para a sua votação. O partido governista é, portanto, acusado pela oposição de fazer parte de uma farsa.⁵ É significativa essa acusação, pois, imediatamente após a invasão, setenta parlamentares arenistas condenam as violências de Brasília. Enquanto isso, Médici entrega a Costa e Silva a conclusão da sindicância que apura as responsabilidades pelo ataque à UnB.

O cenário político vai se definindo ao longo do mês de setembro. Radicais de direita apoiam a invasão: autoridades militares, em depoimento na CPI da Câmara Federal, fazem menção à guerra revolucionária e enfatizam que a repressão não pode ser cândida e muito menos tímida, justificando, assim, a operação de guerra montada para prender os estudantes na UnB.⁶ Gama e Silva passa a ser identifi-

3 Ventura faz referência à coluna de Carlos Castello Branco no *Jornal do Brasil* em 1968, denunciando que parte de Gama e Silva a ordem para a invasão da UnB. Vinte anos depois, esse jornalista relatará a Ventura inclusive sua fonte, o ministro Jarbas Passarinho. Cf. Ventura (1988, p.183).

4 Cf. Ventura (1988, p.70); 70 parlamentares... (1968, p.1).

5 Cf. Arquivada... (1968, p.1).

6 Cf. Arquivada... (1968, p.1); Violência... (1968, p.1).

cado por autoridades governamentais como aliado do esquema militar radical. Os militares que protestam contra a truculência da polícia começam a ser punidos. Abreu Sodré insiste em denunciar a intenção golpista de grupos radicais de direita. O ministro da Justiça volta à cena política pedindo a expulsão dos deputados da Arena que apoiam o projeto de anistia, confirmando, assim, o estreito envolvimento do Ministério da Justiça na invasão à UnB.

A conspiração do grupo militar direitista é denunciada pelo *Correio da Manhã*, que também enfatiza a efetiva participação nela do general Jayme Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência (Golpe..., 1968, p.6). O reitor da UnB, por sua vez, notifica a expulsão tanto de Honestino Guimarães, líder estudantil preso durante a invasão, quanto do professor Ricardo Ramon Blanco (Ramon..., 1968, p.1) que, em depoimento, alia-se aos radicais de direita que pregam “o extermínio dos estudantes que ousam protestar e contestar” (O preço..., 1968, p.6).

A invasão da UnB como antecedente do AI-5

No final de setembro de 1968, no Rio de Janeiro, tem início a VIII Conferência dos Exércitos Americanos, num esforço conjunto para a repressão ao avanço do comunismo e da subversão na América Latina. Em resposta, os estudantes organizam uma semana de protesto contra a reunião dos generais e, em particular, contra a presença do general William Westmoreland, que comandou as tropas americanas na Guerra do Vietnã.

Com a invasão da UnB e a ação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, a linha dura busca conter as manifestações estudantis no início do segundo semestre, justificando suas práticas repressivas como combate ao suposto *plano geral de subversão*. A novidade nesse início de outubro será a denúncia não apenas de mais um plano de autoria de radicais das Forças Armadas, mas sim de “um dos mais sinistros planos da nossa história contemporânea” (Ventura, 1988, p.195): o caso Para-Sar. Na Câmara Federal é denunciado seu esquema, que previa a utilização de “oficiais e sargentos da Aeronáutica – especialistas em ação rápida de salvamento nas selvas – para o ‘assassinato das principais lideranças estudantis’ e de políticos de oposição e cassados ‘irrecuperáveis’, que seriam raptados e lançados de aviões, a 40 quilômetros da costa, no oceano” (Exonerado..., 1968, p.3). O brigadeiro João Paulo Burnier, chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, transmitia no dia 14 de junho as “novas tarefas do Para-Sar” aos seus membros:

1. No caso de uma guerra, ante a necessidade de resgatar um companheiro ou um prisioneiro, a exemplo do que faz o Sar dos Estados Unidos no Vietnã, o Para-Sar poderia matar para cumprir sua missão;
2. No caso de uma guerra civil contra revolucionários compatriotas, estes teriam que ser eliminados pelos homens do Para-Sar;
3. No caso da paz, mas em agitações de rua, o Para-Sar também deveria desempenhar a mesma missão. (Burnier apud Ventura, 1988, p.196)

Impedida pelo capitão Sérgio Ribeiro de Carvalho, um dos membros do Para-Sar, a operação para livrar o Brasil do avanço comunista coincidiria com as intensas manifestações estudantis de junho. A intenção seria, então, responsabilizar os subversivos pelos assassinatos executados pelos integrantes do Para-Sar, que deveriam chegar ao local da tragédia para socorrer os milhares de mortos e feridos.

A importância de esse episódio vir à tona nessa conjuntura política reside na mudança de postura dos militares radicais que, desde a reunião do CSN em julho e da invasão da UnB, passam a agir às escâncaras. Tanto que o brigadeiro Itamar Rocha, diretor de rotas aéreas que denuncia a participação do Para-Sar em missões repressivas, é exonerado de seu cargo no início de outubro, data que coincide com a denúncia do plano na Câmara Federal. Em ofício-resposta às suas denúncias, o brigadeiro Márcio de Souza e Melo, ministro da Aeronáutica, segundo relato do *Correio da Manhã*, revela a responsabilidade das Forças Armadas no caso Para-Sar. Para Jayme Portella, que apresenta uma versão bastante branda do caso Para-Sar, os estudantes são os responsáveis por desencadear um problema na Força Aérea Brasileira (Portella de Mello, 1979, p.595).

Os militares que denunciam o plano são punidos, assim como aconteceu também àqueles que se opuseram à invasão da UnB. Quais os culpados? Os inimigos internos nas próprias Forças Armadas? Aqueles que discordam do endurecimento do regime e das novas práticas de repressão? As Forças Armadas tornam explícita a sua disposição efetiva para a escalada repressiva. E, a partir do episódio da Universidade de Brasília, a vitória da linha dura será concretizada no AI-5 em 13 de dezembro de 1968, dando início à face mais sangrenta da ditadura militar.

Considerações finais

Embora os rumores em torno da possibilidade da decretação de outro ato institucional ou de um novo golpe antecedam os protestos estudantis de 1968, a partir deles a linha dura vislumbra a possibilidade de criar “[...] ações repressivas destinadas a produzir grandes repercussões contrárias, que obrigassem o governo a endurecer cada vez mais a sua política” (Martins Filho, 1987, p.138-139). A doutrina da “guerra revolucionária”, segundo a qual o adversário interno deve ser declarado inimigo e contra ele mobilizados todos os recursos de guerra (Castello Branco, 1977, p.519), define a atuação dos setores intransigentes durante o ano. Nesse sentido, o movimento estudantil não é tratado apenas como opositor ao regime, mas, também, como um inimigo interno que precisa ser extirpado. Essa concepção vai sendo paulatinamente assumida pelo governo que, com a repressão aos episódios estudantis, atingirá, ao mesmo tempo, os diversos grupos que ameaçam o regime. Ao final do episódio da morte de Edson Luís, a proscrição da Frente Ampla é justificada pelo intuito de impedir a aproximação desta com os estudantes. Devido aos episódios de junho – “Sexta-Feira Sangrenta” e “Passeata dos Cem Mil” –, novamente a “temida” união da Frente com o movimento estudantil servirá de argumento para a proibição das passeatas, “ponto de encontro”

dos “subversivos”. A censura começa a ser acionada, nesse momento, quando a imprensa passa a ser circunscrita “ao lado da agitação”. A “invasão da UnB” ataca concomitantemente o Congresso e os “perigosos líderes estudantis”. A denúncia do Para-Sar confirma o plano de extermínio, ao mesmo tempo, aos deputados oposicionistas, “líderes cassados” e militantes do movimento estudantil.

No entanto, a ameaça de novo ato institucional presente em todos os episódios estudantis de 1968 ainda não havia se concretizado. Embora as manifestações estudantis já estivessem silenciadas, o desfecho político daquele ano tem com elas uma forte vinculação. A invasão da UnB explicita que a “guerra” entre o Executivo e o Legislativo alcançava dimensão alarmante. O intervalo entre a prisão dos líderes estudantis em Ibiúna e a decretação do AI-5 é marcado pela discussão em torno da “imunidade parlamentar”, devido ao pedido de cassação dos mandatos dos deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. O primeiro, por ser acusado de atacar as Forças Armadas ao proferir um discurso, na Assembleia Legislativa, em repúdio à invasão da UnB. O segundo, também jornalista, pelo teor de seus artigos no *Correio da Manhã*. Assim, confirma-se a intenção do governo, já fortemente presente nos episódios estudantis, de atacar também o Congresso Nacional. Em dezembro, o AI-5 é finalmente decretado e, com ele, o “recesso” do Legislativo e o desmantelamento do movimento estudantil.

Como vimos, durante o ano de 1968 muita violência ocorreu nos *campi*, particularmente quando a invasão policial passou a ser mais frequente, sendo emblemática a invasão da UnB, no final de agosto daquele ano, acontecimento que, a nosso ver, tem estreito vínculo com o chamado *golpe dentro do golpe*, o AI-5. Assim, não parece mera coincidência o fato de que em 2018 o governo golpista de Michel Temer atente contra a autonomia universitária ao censurar um professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília por oferecer uma disciplina optativa com o título de “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, tendo na bibliografia, entre outros títulos, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx.

Na atual modalidade de golpe parlamentar, os militares são chamados a assumir cargos nos ministérios, enquanto a Polícia Militar e as Forças Armadas são convocadas para reprimir protestos de forma violenta. Não é desprezível o fato de que um setor da sociedade, ainda que minoritário, pede a volta da ditadura. No campo da educação, a escalada da violência e do autoritarismo começa nas crianças, que passam a ter as mochilas revistadas nas escolas, estendendo-se aos estudantes, que são fortemente reprimidos em suas manifestações, e aos professores, cujos protestos são criminalizados, além de cursos serem censurados. O programa Escola sem Partido, que tem como alvo preferencial as disciplinas de humanidades, constitui mais uma peça desse tabuleiro.

Os estudantes em 1968 se opunham de maneira tenaz aos Acordos MEC-Usaid, assim como os de 2018 carregam as bandeiras do ensino público gratuito e de qualidade e a do aumento do número de vagas nas universidades. No entanto, as

leis do mercado impõem medidas visando à privatização do ensino público e gratuito. O desmonte do ensino público nas universidades e as reformas educacionais implementadas de forma arbitrária parecem trazer à tona novamente a convivência de parte da comunidade acadêmica, que adere ao neoliberalismo desenfreado.

Não é difícil encontrarmos semelhanças entre as medidas tomadas pelos militares com relação à luta dos estudantes nas universidades em 1968, em particular na UnB, e as dos golpistas que tomaram o poder em 2016. Se a invasão militar de uma universidade pode ser considerada o ato mais explícito da ditadura no campo da educação, não deixa de ser notório o fato de que, tanto em 1968 quanto em 2018, a UnB tenha sido alvo privilegiado de repressão e censura. Passados cinquenta anos desde 1968, a repressão e o desmantelamento da educação estão, mais uma vez, na ordem do dia.

Referências bibliográficas

- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: o Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. v.2.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. Tese (Doutorado), São Paulo, USP, 1990, mimeo.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.
- PORTELLA DE MELLO, Jayme. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- SANTOS, Nilton et al. *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. v.1.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. 1968: movimento estudantil e crise na política brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, n.2, 1994.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1988.

Periódicos

- 70 PARLAMENTARES governistas condenam violências em Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 set. 1968. p.1.
- A CULPA da violência. *Veja*. São Paulo, Abril, 11 set. 1968. p.24.
- ARQUIVADA CPI da Universidade de Brasília por culpa da Arena. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 set. 1968. p.1.
- EXONERADO e preso brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 out. 1968. p.3.
- GOLPE à vista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 set. 1968. p.6.
- GOVERNO perdeu a paciência, diz versão oficial. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 set. 1968. última p.
- NOVO choque no DF. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1968, p.1, última p.
- O GOVERNO Costa e Silva. *Revisão* (publicação do Grêmio de filosofia da USP), São Paulo, n.5, set. 1967, p.9.
- O PREÇO do terror. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 set. 1968. p.6.

RAMON sai da UnB com Honestino. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 set. 1968. p.1.
RELATÓRIO revela como foi invasão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 set. 1968. p.3.
UNE anuncia novas manifestações. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1968. p.13.
VIOLÊNCIA tem apoio de radicais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 set. 1968. p.1.

Resumo

Neste artigo, analisamos um dos principais acontecimentos vinculados à luta estudantil em 1968: a invasão da Universidade de Brasília (UnB). Nossa hipótese é a de que esse episódio explicita a concretização do fechamento do regime, que vinha à tona com a ameaça de um novo ato institucional, desde as manifestações estudantis de janeiro. Embora essa universidade já tivesse sido invadida em 1964 e os protestos estudantis já estivessem silenciados, o desfecho político do ano de 1968 tem com elas uma forte vinculação. A invasão da UnB explicita que a “guerra” entre o Executivo e o Legislativo alcançava dimensão alarmante. O intervalo entre a prisão dos líderes estudantis em Ibiúna e a decretação do AI-5 é marcado pela discussão em torno da “imunidade parlamentar” devido ao pedido de cassação dos mandatos dos deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, que se posicionaram contra a invasão da UnB, confirmando a vitória da linha dura. Em dezembro, o AI-5 é finalmente decretado e, com ele, o “recesso” do Legislativo e o desmantelamento do movimento estudantil, inaugurando o período mais dramático da ditadura militar.

Palavras-chave: 1968; invasão da UnB; recrudescimento da ditadura militar.

Abstract

In this article it is analyzed one of the main events related to the student struggle in 1968: the invasion of the Universidade de Brasília (UnB). Our hypothesis is that this episode is made explicit to the closure of the scheme, which surfaced with the threat of a new institutional act, since the student demonstrations. Although this university had already been invaded in 1964 and the student demonstrations have already been silenced, the political outcome of the year 1968 has with them a strong binding. The invasion of UnB explains that the “war” between the Executive and the Legislature reached an alarming dimension. The delay between the arrest of the student leaders at Ibiúna and the decreeing of AI-5 is marked by discussion of “immunity” due to requested in cassation of the mandates of deputies Márcio Moreira Alves and Hermano Alves who have positioned themselves against the invasion of UnB, confirming the victory of hardliner. In December, AI-5 is finally enacted and so the “recess” of the Legislature and the dismantling of the student movement ushering in the most dramatic period of the military dictatorship.

Keywords: 1968; UnB invasion; rise of the military dictatorship.